

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Tomazoni  
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

Borsari Neto; Basílio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basílio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basílio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basílio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basílio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 44.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 15 de Maio de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carrazai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacchi, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima e Wilson Brandão (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Quilse Crisóstomo, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, David Federmann, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, Marciano Baraniuk, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal para verificação de quorum, para funcionamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o requerimento. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 30 Srs. Deputados.

Há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Continua em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 29/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 145/70, de autoria do Sr. Deputado Sílvio Barros, inclui um parágrafo que especifica, à Lei n.º 6.061, de 12 de dezembro de 1.969, que criou o Instituto Agronômico do Paraná. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para discutir) Sr. Presidente Srs. Deputados. Na sessão de quinta-feira passada, tivemos oportunidade de abordar o Veto Governamental, Proposição 29/72, apostado ao Projeto de Lei n.º 145/70, de autoria do Deputado Sílvio Barros. Naquela oportunidade, o Deputado Ivo Tomazoni discorreu sobre a matéria colocando os Srs. Deputados a par de tudo aquilo que se tinha passado com relação a este Projeto, vindo o Deputado Nivaldo Krüger reclamar do descaço do Governo com relação ao atendimento a este problema tão importante, não só para Londrina, sede do Instituto Agronômico, mas para o Paraná inteiro, face à vultuosa quantia aplicada naquele Instituto, na ordem de 10 milhões de cruzeiros que se encontram à disposição do Governo do Estado para aplicação naquela obra. Esta quantia não pode ser liberada por falta de aprovação desta Mensagem Governamental, estando até mesmo o Banco Central da República, insistindo no recolhimento deste dinheiro que é do Instituto Brasileiro do Café.

Quero, Srs. Deputados, transmitir à Casa que reconheço que as argumentações do Deputado Nivaldo Krüger são válidas e que realmente é preciso a aprovação com urgência para que o Paraná não perca vultuosas somas que estão sendo carreadas e depositadas no Estado para aplicação naquela obra.

Mas também é forçoso esclarecer, neste instante, que se encontra na Casa, desde os primeiros dias do mês corrente, a Mensagem Governamental que institui a Fundação do Instituto Agronômico do Paraná e que até o momento deve estar nas Comissões Técnicas da Casa.

Respondendo ainda ao Deputado Nivaldo Krüger, digo do interesse e do cuidado que o Sr. Governador vem tendo para com este problema, sendo invocado nesta Mensagem o § 3.º, do artigo 25, da Constituição Estadual: 45 dias para a sua aprovação.

Vejam os Srs. Deputados que esta matéria foi transformada em lei...

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. parece que está sendo injusto, pelo menos no que diz respeito à Comissão de Constituição e Justiça, quando afirma da Tribuna que esta Mensagem, que trata do Instituto Agronômico do Paraná, deveria estar nas Comissões Técnicas da Casa. Quero esclarecer a V. Exa. que na nossa Comissão de Constituição e Justiça, até o momento, chegaram para apreciação oito, ou melhor falando, sete Mensagens. Estas sete Mensagens já foram apreciadas e tiveram Parecer. Duas delas foram devolvidas ao Executivo. Mas, de qualquer forma, já foram apreciadas pelos Deputados que compõem essa Comissão.

E não chegou até a nossa Comissão, a Mensagem abordada por V. Exa. Não chegou, e vou mais além, nós ainda, na sexta-feira, encaminhamos ao Sr. Secretário do Governo, ofício dando conta dos detalhes da tramitação das Mensagens junto à Comissão de Constituição e Justiça.

Reafirmo que só recebemos sete Mensagens e todas elas já obtiveram Pareceres. Essa Mensagem a que V. Exa. se refere não chegou à C.C.J. E isso digo a V. Exa. com o peso de Presidente da Comissão.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Armando Queiroz. Não afirmo que a Mensagem se encontrava na C.C.J., acredito que estivesse nas comissões. Mas quando V. Exa., na qualidade de Presidente da C.C.J., diz que ela não se encontrava naquela Comissão Técnica, nós acreditamos. Mas esta Mensagem 18/72, trata de um assunto dos mais graves, pois que tem prazo certo para ser apreciada, e já se encontra há quinze dias nesta Casa.

E quero afirmar que o nosso Poder, que dia a dia, vem se desprestigiando, com uma lei dessa natureza nas gavetas dos Gabinetes desta Casa, ficará ainda mais desprestigiado. E nada mais restará aos Deputados desta Casa senão fechar as portas deste Poder e voltarmos para casa, a fim de cuidarmos de outros serviços. E essa Mensagem muito importante para o Estado, e

mais importante ainda para os Srs. Deputados, e deveria ser apreciada em prazo certo.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. com a responsabilidade que tem de Líder da ARENA e, ao assumir a Tribuna, faz uma revelação, aliás, acabo de entender que V. Exa. fez uma denúncia sobre uma Mensagem do Governo.

Gostaria, Sr. Deputado, de obter maiores detalhes, porque, confesso que não entendi bem o seu pronunciamento. V. Exa. relata que, nesta Casa, se encontra, há vários dias, uma Mensagem que tem prazo fatal. E o Sr. Presidente da C.C.J. diz que a mesma não se encontra naquela Comissão.

Daí porque solicito a V. Exa., como Líder de nossa Bancada, que pedisse à Mesa fosse esclarecido à Casa, ainda nesta Sessão, onde se encontra essa Mensagem.

O SR. JOÃO MANSUR — Nobre Deputado Pinto Dias, agradeço o aparte de V. Exa. Quero apenas dizer que estou discutindo o Veto ao Projeto 145/70, relacionado ao Instituto Agronômico de Londrina. E justificando que o Governo do Estado não se despreocupa deste problema, eis que se encontra nesta Casa, há mais de 15 dias já, uma Mensagem instituindo o Instituto Agronômico de Londrina. Agora, Srs. Deputados, irei fazer no Grande Expediente de hoje, isso sim, irei fazer uma denúncia a esta Casa sobre 5 Mensagens que entreguei à Mesa, ao Sr. 1.º Secretário deste Poder, para que desse conhecimento aos Srs. Deputados, e há mais de um mês essas Mensagens desapareceram, quase que por encanto, desta Casa.

Agora, no Grande Expediente, farei uma denúncia. No momento estou apenas discutindo o Veto e levando ao conhecimento dos Srs. Deputados que o Governo não se descuidou, haja visto que a Mensagem se encontra nesta Casa — e a cópia está aqui em minhas mãos — há mais de 15 dias. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 16, às 14,00 horas, terça-feira, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 30/72.

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 45.ª Sessão Ordinária Realizada em 15 de Maio de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carrazai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacchi, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima e Wilson Brandão (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Quilse Crisóstomo, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, David Federmann, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, Marciano Baraniuk, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### EMENDA:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA

ao PROJETO DE LEI N.º 2/72

Art. 1.º — Os contribuintes ou responsáveis, relativamente a créditos tributários anteriores de 1.º de Janeiro de 1972, poderão requerer ao Secretário da Fazenda anistia condicional das multas e dos pagamentos da parcela relativa ao tributo, dos respectivos juros de mora de 1% ao mês, não capitalizável, e da correspondente atualização monetária daquela importância.

§ 1.º — O prazo para o prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional prevista neste artigo é de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta lei.

§ 2.º — A anistia da multa e acréscimo abrange quaisquer créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo ajuizados para cobrança executiva, ou objeto de parcelamento em curso.

§ 3.º — Quando o crédito tributário esteja sendo cobrado judiciariamente deverá o requerente apresentar prova de haver pago as custas judiciais, além das importâncias a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 4.º — A anistia prevista nesta lei não alcança as quantias já exigidas antes de 30 de outubro de 1969 e vinculadas a estímulo à atividade funcional de fiscalização tributária.

§ 5.º — Se o débito já estiver sendo discutido na esfera administrativa ou se for objeto de parcelamento em curso, o pedido de anistia deverá ser feito aos respectivos processos.

Art. 2.º — Na denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto de vendas e consignações ou do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, devidos antes de 1.º de janeiro de 1972, é dispensado o acréscimo de 10% (dez por cento) previsto na Lei n.º 5463, de 31 de dezembro de 1966.

Parágrafo Único — Só ocorrerá a dispensa do acréscimo a que alude este artigo se a denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto, for efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta lei.

Art. 3.º — A anistia prevista nesta lei não autoriza, em nenhuma hipótese, a restituição de multas ou acréscimos já recolhidos total ou parcialmente.



Art. 4.º — Esta lei será regulamentada através de instrução da Secretaria da Fazenda.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1972.

(a) Francisco Escorsin.

#### Proposta de Emenda à Constituição do Estado

Acrescente-se ao TÍTULO V — Das Disposições Gerais e Transitórias — da CONSTITUIÇÃO Estadual, o seguinte:

Art. 1.º — A eleição para Governador e Vice-Governador do Estado, em 1974, realizar-se-á em sessão pública, mediante votação nominal, pelo sufrágio de um colégio eleitoral constituído pela Assembleia Legislativa.

§ 1.º — O colégio eleitoral reunir-se-á, na sede da Assembleia Legislativa, no dia 3 de outubro de 1974 e a eleição deverá processar-se nos termos dos parágrafos 1.º e 2.º do Art. 75, da Constituição Federal.

§ 2.º — Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, far-se-á a eleição, pelo processo estabelecido neste artigo, trinta dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.

§ 3.º — A regra do parágrafo anterior aplica-se ao caso de vacância dos cargos de Governador e Vice-Governador eleitos a 3 de outubro de 1970.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972.

(aa) — Antonio Costa e mais 25 Senhores Deputados.

#### REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 18-72.

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão do Projeto de Lei n. 9-72, em Regime de Urgência, com parecer favorável da C.C.J..

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972

(a) Ivo Tomazoni

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvir o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, votos de aplausos ao jornal "Diário da Tarde", agora em sua nova fase de circulação.

Julgamos feliz a iniciativa dos diretores desse tradicional e prestigioso órgão da imprensa paranaense. Jornal muito bem impresso e segundo fomos informados circulará, principalmente às segundas-feiras com farto noticiário esportivo etc..

Requeiro, outrossim, após aprovação deste se dê ciência aos Senhores Diretores do referido jornal.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972

(a) Paulo Poli

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos, um voto de congratulações ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, pelo grande melhoramento que se auferiu, quando da extensão de energia elétrica ao Distrito de Vera Guarani, no Município de Paulo Frontin.

Desde há muito tempo, se fazia sentir a necessidade desse importante acontecimento vindo atender aquilo que o Governo tem procurado acentuar como uma das metas prioritárias, o amparo irrestrito às zonas rurais, através da intensificação energética, impulsionando cada vez mais o progresso no interior.

Solicito, outrossim, que se dê conhecimento por expediente desta Casa, ao homenagem.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972

(a) Domício Scaramella

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja encaminhado apelo ao Secretário de Saúde do Estado, no sentido de que se elabore com urgência, um plano de vacinação contra a poliomielite, entre a população da Cidade Gaúcha, no Norte do Estado, onde já foram registrados vários casos.

A constatação daqueles casos trouxe a intranquilidade geral no seio da população, que teme a disseminação daquele mal. As autoridades municipais estão solicitando vacinas e pessoal especializado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972

(a) Hélio Manfrinato

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, no sentido de que, quando da reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que já se anuncia nos jornais do Rio e São Paulo, se adote o critério da eleição distrital.

Esta solicitação prende-se a uma série de razões, sendo as principais de ordem político-social, a fim de impedir que diversas regiões do Estado fiquem ausentes de representação nas Assembleias e Congresso Nacional, como ora vem se verificando. Por outro lado, a eleição distrital teria o condão de evitar a corrupção eleitoral que, mesmo depois da Revolução de 1964, continuou a subsistir, através do poderio econômico de vários postulantes a cargos eletivos.

A eleição distrital, além de dar uma representação efetiva a homens da própria região, conhecedores de seus problemas, evitaria, ainda, o enxame de candidatos sobre as mesmas. Basta, para citarmos um exemplo, verificar o caso de Curitiba, que possuindo mais de 200 mil eleitores, possui uma representação "real" de apenas dois deputados eleitos.

O atendimento desta reivindicação é medida justa, consentâneo com princípios e de alta moralização na representação popular.

Outrossim, solicita, uma vez aprovado, seja dado através de expediente desta Casa, conhecimento aos Exmos. Srs. Deputados Federais e Senadores.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972

(a) Domício Scaramella

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer na forma regimental se registre na Ata dos trabalhos de hoje notícia divulgada no jornal "O Estado de São Paulo", em edição de 12 do corrente, cujo teor é o seguinte:

"COLOMBO DEFENDE A PRORROGAÇÃO"

O Governador Colombo Salles, de Santa Catarina, declarou à imprensa, em Brasília, onde se encontra há dias, ser favorável a prorrogação, até 1974, dos mandatos dos atuais Prefeitos.

"CRIAMOS NO ESTADO — disse — um sistema de micro-regiões administrativas e receio que uma mudança nos Executivos Municipais possa comprometer a realização do programa.

(a) Paulo Poli

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante se assina vem a presença de Vossa Excelência renunciar ao cargo de membro da Comissão de Finanças para o qual foi indicado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972

(a) Leopoldo Jacomet

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais requer, abono de faltas dos dias 10 e 11 próximos passados, em virtude de estar este parlamentar viajando à São Paulo tratando assuntos afetos a Classe Rural do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972

(a) Lázaro Dumont

#### PROJETO DE LEI:

##### Projeto de Lei n. 47-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominado Ginásio Estadual "Professor Pedro Fecchio" o atual Ginásio Estadual de São Tomé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972

(a) Ovidio Franzen

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de Lei pretendemos prestar justa homenagem ao Professor Pedro Fecchio, falecido em 19 de abril de 1972, e que por longos anos exerceu o magistério primário e secundário no Município de São Tomé.

O professor Fecchio era pessoa muito estimada, na região, pela sua dedicação e carinho no mister a que se dedicava, o que vem a demonstrar a oportunidade da medida que ora submetemos à consideração dos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nós estamos inscritos também no Grande Expediente, mas, dada a relevância da matéria, achamos por bem dar ciência, já no Pequeno Expediente, à Casa, do assunto que pretendemos tratar.

Um deles, Sr. Presidente e Srs. Deputados, refere-se a um expediente que pretendemos enviar à Secretaria dos Transportes. Seria estranhável que um Deputado da equipe da ARENA, da equipe do Governo portanto, necessitasse deste expediente, desta Tribuna, para fazer valer os seus direitos, mas justamente é por isso que me encontro hoje na Tribuna, para dar a explicação necessária que o caso requer.

Pela leitura do meu Requerimento, os Srs. Deputados poderão estar mais ou menos cientes do que fizemos até então, tendo em mira o que objetivamos: (lendo)

#### "Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares requer, na forma regimental, após ouvido o Plenário, se oficie ao Exmo. Senhor Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, e ao Exmo. Senhor Máximo Ivo Domingues, Secretário dos Transportes, solicitando providências urgentes para o seguinte:

1.º — Providências urgentes para reparação da ponte sobre o Rio Ribeira do Município de Cerro Azul, cuja situação é difícil e delicada causando séria preocupação entre os lavradores da região, alarmando, outrossim, a população dos dois Distritos daquele Município diante da ameaça de isolamento com a inutilização total da ponte o que está eminente.

2.º — Não obstante o que acima expomos, há também o risco de vidas humanas em acidente previsto e eminente.

3.º — Juntamos expedientes recebidos da Câmara de Vereadores e do Exmo. Senhor Prefeito Nivaldo Enio, em duas vias para serem encaminhadas ao Senhor Governador e Secretário dos Transportes.

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos, nesta oportunidade elaborando o presente expediente, através da Mesa da Assembleia ouvido o Plenário, porque foram infrutíferos todos os contatos que fizemos com o Senhor Secretário dos Transportes que certificado por nós acompanhados do Prefeito e Vereadores de Cerro Azul, nenhuma providência tomou.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972

(a) Paulo Poli

Temos aqui expedientes de Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal, em duas vias ambos os expedientes, para que um deles seja enviado ao Sr. Governador Parigot de Souza, e outro ao Sr. Ministro dos Transportes.

Entendemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, quando nós encontramos uma equipe do Governo até certo ponto elogiável, uma abundância de técnicos em todos os recantos, cujo linguajar não se afina com o linguajar dos políticos, nós temos que usar deste recurso.

Reservo-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para o Grande Expediente, porque tenho certeza que os Deputados pretendem participar dos debates que iremos travar, quando iniciarmos o Grande Expediente. (Sem revisão do Orador).



O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para encaminhar requerimento ao Plenário. Devo fazer algumas considerações, procurando com o apoio desta Casa, sanar uma discrepância que vem ocorrendo na minha região, o Sudoeste do Paraná, no atendimento do Instituto Nacional de Previdência Social. Os beneficiários do INPS e também os hospitais do Sudoeste do Paraná estão sendo prejudicados por uma medida de caráter regional.

Sendo o INPS órgão de atendimento de âmbito nacional, considero que na Capital do Estado e em outros centros quaisquer, o beneficiário, por se enquadrar num quadro patológico, dentro daquilo que o INPS considera de urgência, obtenha guia de internamento hospitalar, e poderá se internar em qualquer hospital; considero que no Sudoeste isto não acontece, pois lá existe subordinação, a coordenadoria. (lendo):

#### "Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando que os beneficiários do INPS e também os hospitais do Sudoeste do Paraná estão sendo prejudicados por uma medida de caráter regional injustificada por ser o INPS de âmbito nacional;

Considerando que na Capital do Estado e em outros centros, qualquer beneficiário que, por se enquadrar num quadro patológico dentro daquilo que o INPS considera de urgência, obtém a guia de internamento hospitalar e poderá se internar em qualquer hospital;

Considerando que no Sudoeste isso não acontece pois lá existe subordinação à Coordenadoria Regional de União da Vitória e os hospitais credenciados têm uma quota fixa mensal para atendimento que é muito baixa (em certos casos chega a ser inferior à importância que o hospital recolhe de contribuição previdenciária de seus próprios funcionários);

Considerando que essa quota por ser pequena geralmente se esgota na primeira semana do mês e então os doentes não podem mais ser internados, ficando sem atendimento.

Considerando que os beneficiários que na segunda quinzena do mês sejam portadores de uma afecção grave, ou pagam como doentes particulares, ou morrem, ou então viajam para outra região onde não há limitação de quotas;

Considerando que essa quota hospitalar é arbitrada pelo Coordenador Regional e se constata que pequenos hospitais, até sem condições de atendimento, têm verbas iguais e até superiores aos hospitais capacitados;

Considerando que a falta de leitos hospitalares em Curitiba decorre da vinda de pacientes do interior do Estado, que não conseguem internamento em suas regiões, o que causa novo problema;

Considerando que para que haja uma reparação nos direitos dos previdenciários, iguais aos da Capital e de outras regiões do País, se faz necessário a imediata liberação de atendimento pelos hospitais credenciados (desde que enquadrados dentro das exigências do INPS) aos previdenciários que sejam portadores de guia de internamento em caso de urgência;

Considerando que se justifica a solução aqui apontada para corrigir essa medida de caráter regional numa entidade nacional e ainda porque, conforme foi noticiado pela imprensa o Exmo. Sr. Coordenador Médico do INPS do Paraná, o setor médico fez no ano passado um retorno de mais de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros);

Considerando que esse é um problema que está a reclamar solução urgente por parte das autoridades responsáveis, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social; ao Exmo. Sr. Superintendente do INPS no Paraná; e ao Exmo. Sr. Coordenador Geral do Serviço Médico do INPS neste Estado, formulando apelo no sentido de ser determinada a liberação de atendimento pelos hospitais do Sudoeste do Paraná, dentro das exigências estabelecidas pelo INPS para as demais regiões.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972.

(a) — Ivo Tomazoni".

O que se pretende, Sr. Presidente, não é nada fora das normas e exigências estabelecidas pelo INPS, mas tão somente tratamento igual para a região do Sudoeste do Paraná, tratamento igual a todas as outras regiões do Estado e do País. Não se concebe que apenas no Sudoeste do Paraná se limitem os casos de internamento nos hospitais, como tem ocorrido na minha região, em que o doente procura o hospital em estado de emergência, e nos hospitais credenciados pelo INPS, se o doente o procura nos dias 6, 7 ou 8 de um mês tem que se inscrever para os primeiros dias do mês seguinte e nem sempre é possível o atendimento para intervenção cirúrgica. Esta situação de descrença do Sudoeste e das demais regiões do Estado é insustentável e sobretudo, Sr. Presidente, há um descontentamento para com as autoridades federais que chega às raias do que possa ser considerado como ridículo, porquanto daquela região aportam nesta Capital cerca de 30 doentes diariamente que não têm conseguido internamento para tratamento de urgência nos hospitais regionais. Dirigem-se para a Capital e aqui conseguem, com prejuízo elevado para si e para seus familiares que também se deslocam para esta região. Quero crer que terei do Plenário, para esta indicação, apoio total visando corrigir erros que o INPS vem cometendo com prejuízo evidente para aquela progressista região. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quando neste Poder, companheiros procuram dizer da necessidade imprescindível de valorização do Legislativo, numa fase do seu amesquinhaamento, da sua despersonalização, nós nos surpreendemos e lamentamos, atitude que reputamos de irresponsável como aquela que provoca o desaparecimento acerca de quinze dias, de um Projeto de Lei de extraordinária importância para o Estado do Paraná.

Chegando do interior neste instante, recebemos a comunicação do Líder da ARENA, Deputado João ansur, de que o Projeto de Lei do Executivo Estadual, criando o Instituto Agronômico na cidade de Londrina, estaria há quinze dias nesta Casa. Mas onde se encontra, ninguém até o presente momento sabe precisar. Será que só temos pressa em apresentar louvações? Será que só temos urgência em bater palmas e em dizer amém? Será que neste instante quando se coloca para a análise deste Poder, algo de importância para os destinos do Estado, de importância, sim companheiros, por-

que na fase de descapitalização da agricultura no Norte do Paraná, há necessidade de técnicos para corrigir as falhas que provocam esta descapitalização. A importância do Instituto Agronômico do Paraná, desnecessário se faz citar, tocos, a menos que sejamos inocentes, devemos reconhecer a extraordinária importância de obras desta natureza, que já chega tarde, que já está atrasada, que já devia estar praticamente concluída.

O Banco do Brasil de Londrina, tem em seus cofres dez milhões de cruzeiros para aplicação no Instituto Agronômico de Londrina. Verba esta que não poderá ser aplicada se esta Casa não aprovar o Projeto de Lei dando validade legal, dando existência jurídica ao Instituto Agronômico de Londrina.

E o Banco Central do Brasil já ameaça inclusive, pedir a devolução desta verba, deste montante que se encontra depositado no Banco do Brasil, há algum tempo.

Porisso, só posso considerar como sendo um ato de grande irresponsabilidade daquele que de uma forma ou de outra, esteja impedindo a tramitação normal deste Projeto de Lei.

Temos que dar urgência aos projetos, temos que dar preferência às matérias de maior importância neste Poder. Poder que já se encontra desvalorizado, e se em oportunidades como esta não cumprimos com o nosso dever, convém que fechemos as portas e voltemos às nossas casas.

Porisso, eu invoco neste instante uma atitude de V. Exa., para que promova, sem delongas, o aparecimento do Projeto de Lei, se possível ainda nesta Sessão, para que seja devidamente protocolado e para que seja encaminhado à Comissão competente. Não há necessidade, Sr. Presidente, de se usar magia; não há necessidade de se ter bola de cristal para se descobrir onde se encontra o Projeto de Lei; basta que V. Exa. consulte os órgãos competentes da Casa e, tenho certeza absoluta, este Projeto que se pretende tornar fantasmagórico, deverá aparecer.

Nós voltaremos, caso não apareça, na sessão de amanhã, para tomarmos alguma atitude. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito. Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já no ano passado alertei a esta Casa, com referência ao bicho "barbeiro", ou seja, o transmissor da "Doença de Chagas". A Secretaria de Saúde tomou as providências cabíveis e diversos Municípios foram imunizados.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos relatar a esta Casa, um acontecimento que sucede na cidade de Gaúcha. Trata-se da poliomielite. Já estão se encaminhando para Curitiba, três crianças atacadas a semana passada. E eu queria pedir aos Senhores Deputados, apoio a este Requerimento que estou encaminhando à Casa, para que a Secretaria de Saúde tome as providências cabíveis ao Caso.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No encaminhamento da discussão do veto governamental, ao Projeto de Lei de autoria do Deputado Silvío Barros, com relação a criação do Instituto Agronômico do Paraná, nós tivemos a oportunidade de transmitir a esta Casa, dando esclarecimentos, tão somente daquilo que temos conhecimento: de que se encontra, desde os primeiros dias do mês em curso, no Poder Legislativo, a Mensagem Governamental 18/72, que cria o Instituto Agronômico do Paraná com sede na cidade de Londrina. Mas agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que trago a esta Tribuna se reveste de mais gravidade.

No dia 18 de abril, na sessão de 18 de abril de 1972, encaminhamos ao Primeiro Secretário do Poder Legislativo, do nosso Estado, a Mensagem Governamental de número 8/72, que trata de um Convênio entre o DETRAN e o Município de Curitiba.

A Mensagem 9/72, que trata de um acordo celebrado em outubro de 71, entre o Paraná e a SUDESUL.

A Mensagem n.º 10/72, que encaminha a cópia autêntica do acordo 22/71, celebrado entre o Estado do Paraná e a SUDESUL.

A Mensagem 11/72, a Mensagem 12/72 e a Mensagem 13/72.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, através de pesquisa que fizemos e da leitura proferida pelo 1.º Secretário de então, o nobre Deputado Domicio Scaramella, a quem entregamos em mãos estas Mensagens, verificamos que as mesmas não foram lidas e nem levadas ao conhecimento dos Deputados.

Decorridos alguns dias e tendo sido cobrado por diversas vezes por S. Exa. o Governador do Estado do destino destas Mensagens das quais eu era o portador, encaminhei um requerimento ao 1.º Secretário desta Casa Deputado Ivo Tomazoni, solicitando que fornecesse uma certidão do protocolo deste Poder, a fim de que eu pudesse verificar se estas Mensagens desaparecidas misteriosamente desta Mesa, tinham sido protocoladas neste Legislativo. Lamentavelmente aqui se encontra a certidão fornecida pelo Protocolo Geral desta Casa e nada consta com relação a estas Mensagens.

O Sr. Domicio Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Cabe-me neste instante, informar à Casa e a V. Exa. que, de fato, V. Exa., não me recordo o dia, entregou-me diversos documentos para serem lidos na Hora do Expediente. No entanto, o Sr. Presidente disse-me que não precisavam ser lidos naquele momento os documentos, os quais deveriam ser entregues ao Protocolo da Casa. Para esclarecer V. Exa. e aos demais Deputados, não tenho conhecimento do assunto daqueles documentos entregues por V. Exa. porque não cheguei a fazer a sua leitura, nem sequer fora do Expediente. Foram entregues ao Sr. Presidente, no momento em que S. Exa. pediu dizendo que os encaminharia ao Protocolo da Casa.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do Deputado Domicio Scaramella que começa a trazer luzes e esclarecimentos a este problema que reputo de grande importância, mas de grande gravidade para este Poder. Posso informar a S. Exa. o Deputado Domicio Scaramella, que ocupava a 1.ª Secretaria deste Poder na sessão de 18 de abril de 1972, que aqui tenho cópia de todos os documentos que deram entrada naquela Secretaria e foram lidos por S. Exa. e contém sua assinatura. Mas com os esclarecimentos que V. Exa. traz à Casa só me resta interpellar a Presidência deste Poder, porque, segundo as suas informações, aqueles documentos foram avocados pelo Presidente deste Poder para serem encaminhados ao Protocolo Geral da Assembleia Legislativa.

E, nobre Deputado, conforme as certidões que se encontram em minhas



mãos, esses documentos, decorrido mais de um mês, ainda não chegaram ao Protocolo Geral da Casa.

O Sr. Domício Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não tomei conhecimento de quais as Mensagens que V. Exa. me entregou, foram diversos documentos. E perguntei ao Sr. Presidente o que deveria fazer com aqueles documentos. E S. Exa. me disse que eles seriam encaminhados ao Protocolo desta Casa.

Foi este o esclarecimento que já prestei a V. Exa.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Líder do Governo do Estado, aproveitando a oportunidade deste aparte para colaborar com V. Exa... Nós tomaríamos a liberdade de sugerir que, ao invés dessa sua atitude de simples interpelação à Mesa, com relação a matéria porque todos nós entendemos ser de grande importância, e como V. Exa. possui cópia dessa matéria, tenho para mim que seria de todo oportuno que V. Exa. reencaminhasse essa matéria através das cópias formalizadas. Porque esse retardamento, no meu entender, não é intencional, uma vez que existem outros processos, outros Projetos de Lei que também sofrem grande retardamento nesta Casa. Cabe-me citar, por exemplo, que um Projeto de Lei que apresentei no início do ano passado, e que foi relatado pelo saudoso Deputado Ayr José, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e até hoje não veio a Plenário.

De modo que há, de fato, nesta Casa, no tocante ao encaminhamento das matérias legislativas, grandes contradições. Há projetos que tramitam a jato e outros que se o interessado, ou o autor descuidar-se, atravessará todo o período legislativo e não irá a Plenário.

Acredito que não haja, por trás disso, má intenção ou dolo. V. Exa. e a Casa, poderão verificar isso com tempo.

Mas acho que, através de medidas drásticas e enérgicas que deveria neste caso V. Exa. tomar, V. Exa. estará salvaguardando o interesse público na tramitação da matéria. É a sugestão que tomo a liberdade de fazer V. Exa. poderia encaminhar as seguintes vias desses documentos.

Era o aparte que me permitia fazer com o objetivo de prestar modesta colaboração a V. Exa.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte, nobre Deputado, Presidente do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro, Seção do Paraná, Deputado Muggiati Filho. Mas nós, Sr. Deputado Muggiati Filho, não estamos aqui nesta Tribuna reclamando demora na tramitação desse ou daquele Projeto. Talvez que V. Exa. não tivesse entendido bem as razões de minha presença. Sei que muitos projetos, diversos projetos dormem pelas Comissões e pelas gavetas do Poder Legislativo do Paraná, o que é lamentável, porque todas as matérias deveriam ter, indistintamente, seu curso normal e natural, passando pelas Comissões Técnicas e pelo Plenário, para que ele se manifestasse. Mas, minha presença se reveste de importância muito maior porque sou portador dessas Mensagens e a carga dessas Mensagens fui eu que assinei no Executivo. E não encontro essas Mensagens. Se eu soubesse que essas Mensagens estão protocoladas, ou em qualquer das Comissões Técnicas da Casa, estaria tranquilo. De modo que, como entreguei essas Mensagens ao Sr. 1.º Secretário da Casa, para que ele fizesse a leitura e desse conhecimento das mesmas a este Plenário, e isso não ocorreu e as Mensagens, misteriosamente, desapareceram da Casa, razão porque me encontro na Tribuna.

Essa é a razão e é bem diferente o assunto que trato agora daquele que tratei na Sessão Extraordinária, onde só chamei a atenção dos Srs. Deputados para a Mensagem que cria o Instituto Agrônomo de Londrina, porque aquela Mensagem tem prazo certo. O interesse do Governo na apreciação daquela Mensagem fez com que ele invocasse o dispositivo constitucional, de 45 dias, para apreciação. De modo que acerca daquela Mensagem, que está na Casa, se o Poder Legislativo não se pronunciar em 45 dias, ela se tornará lei e nada mais resta a este Poder do que fechar as portas, porque se nós aqui, que temos a responsabilidade da representação popular para apreciarmos uma Mensagem da importância dessa 18/72, que criam o Instituto Agrônomo do Paraná, cujo Instituto já conta com verba que já foi aplicada em Londrina e outras que, como bem disse o Deputado Alvaro Dias se encontram depositadas no Banco do Brasil, e o Banco Central já está exigindo a devolução dessas importâncias que até hoje não foram aplicadas de modo que é de importância capital para esta Casa e para o Paraná, então, chamo a atenção da Casa.

Com relação a essas Mensagens, apenas quero salvaguardar minha responsabilidade, saber onde se encontram. Quanto a demora, deixo por conta dos responsáveis pelo trabalho de administração deste Poder.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, volto a participar do debate, com o propósito de esclarecer o comportamento, a atuação da Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou Presidente. Sr. Deputado, quando nós assumimos a Presidência daquela Comissão, tivemos a cautela, tivemos o cuidado, com pequenas inovações, de levar ao conhecimento dos interessados, o andamento dos Projetos de Lei, através daquela Comissão. Assim, tão logo nós distribuíamos a matéria aos diversos Srs. Deputados que compõem a Comissão, nós passamos a encaminhar correspondência que dizia mais ou menos o seguinte: "Sr. Deputado, comunico a V. Exa. que o projeto número tal, de sua autoria, que trata disso ou daquilo, foi nesta data distribuído ao Deputado tal". Tão logo a Comissão analisasse a matéria, nós voltávamos ao Deputado, com outra carta: "Sr. Deputado, em tal data a Comissão de Constituição e Justiça apreciou o Projeto de sua autoria que obteve o seguinte parecer: — favorável diligência ou contrário". Mas, com o propósito ainda de zelar melhor pela idoneidade da Comissão, tivemos ainda a cautela de comunicar ao Governo o andamento das Mensagens para que hoje ou amanhã não pairassem dúvidas sobre os trabalhos e comportamento da C.C.J.. Sr. Deputado, até o presente instante, a Comissão de Constituição e Justiça recebeu 16 Mensagens para estudo, as 16 Mensagens foram analisadas, alguns Pareceres foram aprovados, algumas Mensagens foram devolvidas. No enquanto, quero destacar o seguinte: do atual Governo do Sr. Parigot de Souza nós recebemos 7 Mensagens: a n.º 1, Sr. Deputado, foi relatada pelo Sr. Deputado Ovidio Franzoni e trata do aumento do funcionalismo em geral; a n.º 2, Sr. Deputado, foi relatada pelo Sr. Deputado Paulo Camargo, que institui o Conselho de Contribuintes; a n.º 3, Sr. Deputado, foi relatada pelo Sr. Deputado Emílio Carazzai, que trata do convênio sobre Colaboração Técnica da APROFAS; a n.º 4 foi relatada pelo Sr. Deputado Santos Lima, que cuida da participação do Estado nas Sociedades de Economia Mista; a n.º 5 foi apreciada pelo Sr. Deputado Ovidio Franzoni e trata do Fundo de Financiamento de Água e Esgoto e o BNH — esta Mensagem foi devolvida ao Executivo para desdobramento da matéria; a n.º 6, reverte área de terras ao patrimônio do Município de Paranaguá, relatada

pelo Sr. Deputado Emílio Carazzai, e, a n.º 7 relatada pelo Sr. Deputado Santos Lima, trata de alteração no Fundo de Crédito Agro-Pecuário.

Pois bem: nós fazemos encaminhar então, ao Sr. Secretário do Governo e ao Chefe da Casa Civil dois ofícios idênticos ambos trazem a data do dia 10 de Maio.

Mais ou menos, vou resumir a leitura: (Lendo): "Senhor Secretário.

Tenho o grato prazer de vir à presença de V. Exa., a fim de comunicar que a Comissão de Constituição e Justiça, a qual tenho a honra de presidir, aprovou as seguintes mensagens."

Aqui se relacionam as 16.

A Mensagem 43/70 que cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Itatí foi restituída ao Poder Executivo, em vista do que dispõe o artigo 25 e seus parágrafos, da Constituição Estadual, baseada no Parecer proferido pelo Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira; a Mensagem 39/71, que revoga a parte do artigo 5.º da Lei 5799, foi convertida em diligência, junto ao Poder Executivo; e a Mensagem 5/72, que destina recursos ao Fundo de Financiamento de Água e Esgoto, e ratifica convênio com o BNH foi devolvida ao Executivo para o devido desdobramento.

E o ofício conclui da seguinte forma: (Lendo): — (A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço Taquigráfico).

"Outrossim, esclareço, a V. Exa. que estas foram as Mensagens Governamentais recebidas até a presente data, não restando nenhuma outra nesta Comissão, para a devida apreciação".

Feito isto, Sr. Deputado, fica para o conhecimento de todos os Srs. Deputados, revelado, sem qualquer segredo, o comportamento da Comissão de Constituição e Justiça. Não temos Mensagem alguma para apreciação.

O SR. JOÃO MANSUR — Nobre Deputado, agradeço o aparte de V. Exa., aliás, um aparte muito oportuno, e eu quero cumprimentar V. Exa. como Presidente, e de resto aos demais membros que integram a Comissão de Constituição e Justiça, pelo zelo, pela maneira como vêm conduzindo aquela Comissão e, eu sou testemunha de que já recebi de V. Exa., comunicações, por diversas vezes, de Projetos de minha autoria sobre a tramitação e o encaminhamento através daquela Comissão. Mas, nobre Deputado Armando Queiroz o meu objetivo nesta Tribuna não traz endereço certo. Apenas estou denunciando um fato e espero que a Casa, que também tem responsabilidade, tanto quanto eu, venha de encontro para que nós possamos achar uma solução definitiva para este estado de coisas, que só serve para diminuir cada vez mais o Poder Legislativo perante a opinião pública de nossa terra.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu só peço, por favor, o cuidado das rotas taquigráficas para registrar com muita justeza as minhas afirmações porque elas poderão, quem sabe, atribuir responsabilidades. Deputado João Mansur, o Regimento Interno deste Poder atribui aos membros da Comissão Executiva determinadas obrigações regimentais. Além das obrigações, a iniciativa do encaminhamento de determinados processos dentro da Casa. O processo Legislativo é da competência da Presidência do Poder Legislativo. E quero, e tenho a grave obrigação de me eximir de qualquer responsabilidade face às denúncias que V. Exa. está formulando desta Tribuna e principalmente para evitar que se generalizem responsabilidades para membros da Mesa que não as têm. E no caso eu me refiro mais ao Sr. Deputado que eventualmente, naquele dia, estava na Mesa exercendo as funções de 1.º Secretário o Deputado Domício Scaramella e para evitar também que o Sr. Deputado Alvaro Dias interprete mal o nosso comportamento nesta Casa, Sr. Deputado João Mansur, V. Exa. em datas diferentes trouxe a este Plenário e fez entrega a mim, 1.º Secretário, durante a Sessão de várias Mensagens. A número um, a dois, a três, a quatro a meia dúzia e a sete. Todas elas foram lidas, registradas no livro próprio dos trabalhos das Sessões Legislativas e encaminhadas imediatamente ao Protocolo com despacho para o Departamento Legislativo e deste Departamento, devendo, como ocorreu, serem encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça. Pelo Relatório do Sr. Armando Queiroz eu verifico que não houve retardamento na tramitação destas Mensagens. Mas, veja, Sr. Deputado, João Mansur e faço agora até um repto, e não seria o caso, porque quero confessar a minha lisura no desempenho da minha função, nenhum Plano de Lei, Sr. Deputado João Mansur, permanece na 1.ª Secretaria 24 horas sem merecer o meu despacho e veja mais, nobre Deputado, todas as Mensagens todos os Projetos de Lei, todos os Projetos de Resolução que tramitam nesta Casa são enviados à 1.ª Secretaria pelos Presidentes das Comissões, e a 1.ª Secretaria que despacha no período da manhã e no período vespertino, repta a qualquer Sr. Deputado que pelo Protocolo identifique qualquer Projeto de Lei que tenha permanecido na 1.ª Secretaria 24 horas, a não ser aqueles que deem entrada na 1.ª Secretaria às sextas-feiras. Então, nobre Deputado, para que se coloquem as coisas nos devidos lugares, V. Exa. pediu a mim, 1.º Secretário em expediente protocolado, estava sem protocolo e eu é que mandei protocolar, uma Certidão que devesse ser fornecida pelo Protocolo Geral na Casa, onde constassem todas as Mensagens protocoladas na data que V. Exa. especificou até a presente data. E eu vejo, nobre Deputado, que felizmente as Mensagens que V. Exa. entregou a mim no desempenho das funções de 1.º Secretário, na Mesa, foram todas elas na mesma data lidas e protocoladas. Não deve o Sr. Domício Scaramella, absolutamente, em momento algum, ser responsabilizado por não haver podido ler o teor das Mensagens nos de oito a quatorze que V. Exa. lhe fez a entrega, porque o Sr. Deputado Domício me confessava quando V. Exa. ocupou esta Tribuna na semana finda, que ao pretender fazer a leitura destas Mensagens, o sr. Presidente da Casa determinou que não as lesse e que fossem as referidas Mensagens enviadas, não tenho certeza, nobre Deputado Domício Scaramella, se para o Gabinete da Presidência, se para o Protocolo Geral. Veja, sr. Deputado João Mansur que além da responsabilidade de V. Exa. quero crer, estamos todos nós envolvidos no episódio. Porque conheço a eficiência da senhora funcionária-chefe do Serviço do Protocolo Geral desta Casa; conheço a sua capacidade, a lisura, o zelo, com que trata dos problemas afetos ao Protocolo Geral, e posso me antecipar sem medo de errar, o Protocolo Geral não recebeu nenhuma destas Mensagens para protocolá-las. Porque se as houvesse recebido, pela lisura, pela capacidade, pelo zelo da funcionária-chefe deste setor, eu tenho certeza, teriam sido protocoladas.

Dai, sem me antecipar, se responsabilidade existe, esta deve ser apurada. E eu reforço a sugestão do nobre Deputado Muggiati Filho, para que se apure a responsabilidade em forma de denúncia, porque é possível até que o funcionário tenha apanhado as Mensagens das mãos da Presidência e não tenha dado a estas Mensagens, o destino pretendido pelo Sr. Presidente.



Neste Plenário, são poucos os funcionários que atuam durante as Sessões; estes haverão de afirmar e confessar quem se apossou das Mensagens e qual o destino dado às mesmas.

Quer me parecer que a Assembléia Legislativa do Estado está sendo colocada numa situação muito difícil, Sr. Deputado, mas que por favor, não se envolvam aqui, responsabilidades de quem não as tem.

Fiz este esclarecimento no instante em que V. Exa. ocupa esta Tribuna para mais uma vez afirmar que, jamais, na 1.ª Secretaria se prendeu qualquer plano de lei, tenha partido da ARENA, ou tenha partido do MDB.

Está o Protocolo Geral desta Casa à disposição para qualquer devassa que se pretenda fazer para que as minhas afirmações sejam realmente confirmadas. Lamento que do Protocolo Geral não conste como "tenham dado entrada nesta Casa as Mensagens de 8 a 14".

Mas se V. Exa. oficializar a denúncia, creio que uma Comissão de Deputados, haverá de encontrar a verdade para que não se duvide mais da boa vontade e do zelo dos srs. Deputados. Obrigado.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Ivo Tomazoni que vem ainda esclarecer mais, trazer mais luzes a esta denúncia que estamos formalizando na tarde de hoje.

Mas veja, nobre Deputado Ivo Tomazoni, que um aparte de V. Exa. aumenta ainda mais a minha estranheza com relação às Mensagens de 8 a 13-72.

Porque as de 1 a 7 — barra 72 — eu entreguei a V. Exa. quando V. Exa. ocupava a 1.ª Secretaria deste Poder; realmente elas foram lidas, trazidas ao conhecimento desta Casa, protocoladas, e segundo as afirmações de que nós já temos conhecimento do Presidente da CCJ, já foram apreciadas por aquela Comissão.

Então, daí, nobre Deputado, o aumento mais a razão da minha descon-fiança justamente das Mensagens pelas quais eu sou responsável, porque fui o portador direto delas. E eu, como afirmei, de início não estou responsabilizando ninguém ainda. Estou fazendo uma denúncia e se nesta denúncia citei o nome do nobre Deputado Domicio Scaramella, era porque ele secretariava e foi a ele que entreguei e, daí em diante, desconheço a tramitação e o destino que foi dado.

Iremos, atendendo a solicitação que acho muito justa, do nobre Deputado Muggiati Filho, iremos todos nós pesquisar porque no desaparecimento destas Mensagens, está toda esta Casa envolvida, nobre Deputado.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Desejo inicialmente, cumprimentar V. Exa. pela denuncia corajosa que traz ao Plenário da Casa, com relação a irregularidades na tramitação ou na falta de tramitação das Mensagens a que se refere.

Ouvimos o esclarecimento do nobre Deputado Armando Queiroz, do Deputado Ivo Tomazoni e do Deputado Domicio Scaramella. E chegamos, não sei se acertada ou erroneamente a uma conclusão: — Se as Mensagens foram apanhadas pelo Deputado Domicio Scaramella e se o sr. Presidente da Sessão que eu não sei até o presente momento, se era o Deputado Antonio Costa ou o Deputado Wilson Fortes, pediu ao Deputado Domicio Scaramella que lhe entregasse esta Mensagem, o responsável é quem estava presidindo esta Sessão. Entendo, apenas, fazendo não um reparo mas uma observação ao aparte do Deputado Ivo Tomazoni, que nenhum funcionário teria interesse em não levar estas Mensagens ao Protocolo. Não creio, portanto, que se deva, à priori lançar uma dúvida quanto ao comportamento de funcionários nesta Casa. Porque pelo temor observado, neste Plenário os funcionários que aqui trabalham são os mais zelosos e nenhum interesse teriam em receber as Mensagens das mãos do Senhor Presidente, com a determinação de protocolá-las e deixar de fazê-lo. Portanto eu acho que a charada é simples de matar: as Mensagens estão nas mãos de quem presidiu a Sessão naquele dia. E só há um responsável: quem presidia a Sessão naquela ocasião. Obrigado.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte de V. Exa. E realmente, concordo com ele. Conhecemos os funcionários da Casa e jamais, qualquer funcionário deste Poder, teria interesse em guardar uma Mensagem em sua Casa. Mas, veja, nobre Deputado Candido Martins de Oliveira, como eu disse de início a minha denúncia não tem endereço. Estou denunciando à Casa. Tanto que quando citei o nome do Deputado Domicio Scaramella, já poderia de início perguntar-lhe quem estaria presidindo naquele momento este Poder, esta Casa. Não fiz porque através do processo que deverá ser movido por este Poder, através de uma Comissão de Deputados, os fatos deverão ser esclarecidos. De modo que não estou acusando ninguém.

Estou apenas trazendo uma denúncia a este Poder para que os Senhores Deputados tomem conhecimento e no decorrer de diligências que serão feitas chegaremos ao resultado final e ao responsável direto pelo fato destas Mensagens não terem vindo ainda às Comissões Técnicas e a este Plenário.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO MANSUR — Concederei o aparte ao Deputado Alvaro Dias que já o havia solicitado e depois concederei a V. Exa.

O sr. Alvaro Dias — Apenas para esclarecer, uma vez que percebi no aparte do Deputado Ivo Tomazoni a preocupação de se eximir de responsabilidades, citando inclusive nosso pronunciamento. Não tivemos, como não teve V. Exa., a intenção de determinar os responsáveis pelo acontecimento. Não demos endereço certo às nossas palavras porque não estamos em condições de dar endereço certo. Apenas chamamos a atenção da Presidência e da Mesa Executiva, porque entendemos ser responsabilidade da Presidência a coordenação dos trabalhos do Poder Legislativo. O caso do Instituto Agronomico é ainda mais estranho porque protocolado não foi, o Departamento Legislativo não tomou conhecimento da sua entrada neste Poder, mas a imprensa divulgou e V. Exa. afirma neste Poder, a remessa do referido Projeto pelo Executivo a esta Casa. Por isso estranhamos. Se não responsabilizamos diretamente alguém é porque não sabemos quem é o responsável. De qualquer forma, alguém está sendo irresponsável neste Poder.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte que vem mais uma vez contribuir valiosamente para o pronunciamento que estamos fazendo na tarde de hoje.

O sr. Ivo Tomazoni — Deputado João Mansur, apenas para que eu esclareça.

O sr. Deputado Candido Martins de Oliveira deve não ter entendido bem o que pretendi dizer no final de meu aparte anterior. Afirmei que o Presidente da Sessão, ao determinar que o sr. Deputado Domicio Scaramella não fizesse a leitura das Mensagens entregues por V. Exa. naquela sessão, ele teria, segundo o próprio testemunho do Deputado Domicio Scaramella, atribuído a um funcionário do Plenário a incumbência de encaminhar aquelas Mensagens. Não sabe o Deputado Domicio Scaramella, se para o Ga-

binete da Presidência, se para o Protocolo Geral deste Poder. Afirmei — e tinha que fazê-lo — que uma interpelação ao Sr. Presidente deveria surtir o efeito desejado. Deverá lembrar S. Exa. a quem deve ter entregue as Mensagens e qual o destino dado às mesmas. Tão fácil! Tão cristalino! Tão sem qualquer subterfúgio! V. Exa. entregou as Mensagens. O Deputado Domicio Scaramella as recebeu. O Presidente determinou que não fosse feita a leitura. Chamou um funcionário, deu um destino às Mensagens, determinando ao funcionário que as levasse. Tão fácil de saber a verdade, consultando, ouvindo, interpelando o Sr. Deputado que presidia aquela Sessão. Era este o esclarecimento que queria fazer e jamais em momento algum pretendi responsabilizar qualquer funcionário. Ninguém mais do que eu tenho a obrigação de conhecer a capacidade funcional dos funcionários afetos a minha Secretaria.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado João Mansur, é muito importante a presença de V. Exa. na Tribuna na tarde de hoje o que nos dá o ensejo de nos congratularmos com alguns Senhores Deputados que, em apartes, fizeram algumas intervenções no pronunciamento de V. Exa. Inicialmente gostaria de confirmar o depoimento do Presidente da CCJ, Deputado Armando Queiroz, que tão logo assumiu a Presidência daquela importante Comissão já teve a delicadeza e o cuidado de comunicar a nós outros a tramitação e distribuição dos Projetos, dando o nome de seus relatores. Portanto, confere, perfeitamente a informação fornecida pelo eminente Deputado Armando Queiroz.

Quero informar a V. Exa. que há poucos dias, V. Exa. me fez um pedido para que fizesse tramitar, com urgência, determinado Projeto que estava na Comissão de Tomada de Contas da qual sou Presidente. Parabênizome com o Deputado Ivo Tomazoni porque encaminhei a S. Exa. o Projeto e S. Exa. já deu destinação a ele.

Portanto, como vê, nobre Deputado, é com bastante lisura que os Deputados que ora ocupam funções nesta Casa, têm se desincumbido de suas funções.

Quanto a preocupação do nobre Deputado Candido Martins de Oliveira que acho realmente, que é uma preocupação válida. Mas não foi intenção do nobre Deputado Ivo Tomazoni inculpar quem quer que seja no que tange a responsabilidade de funcionários dentro desta Casa. Toda a Casa sabe de que se trata e onde está encravado esse Projeto. A verdade é, Sr. Deputado, que não é possível que funcionários zelosos, porque como diz a giria "a corda sempre arrebenta do lado mais fraco", sejam responsabilizados por atos que não cometeram. Não se pode permitir que alguém com função de responsabilidade venha querer descarregar sua culpa em funcionário. Isto não é possível. A verdade é que cada cidadão que se apresente com dignidade de parlamentar e de homem e assuma a responsabilidade de suas atitudes. O que não é possível é fazer jogo, e se valorizar segurando Projetos ou Mensagens.

Portanto, vejo que não é só responsabilidade funcional, são de responsabilidade criminal até, atitudes dessa natureza.

E parabênizome com V. Exa. e estou solidário a todas as providências que V. Exa. achar por bem tomar, para que não ocorram mais fatos como esses que têm ocorrido.

Parabéns, Deputado João Mansur. Era este o meu ponto de vista.

O SR. JOÃO MANSUR. — Agradeço o aparte do nobre Deputado Paulo Poli e as providências que tomou com relação ao Projeto que se encontrava nas Comissões, Projeto esse que vinha sendo reclamado por nós. V. Exa. houve por bem dar o encaminhamento mais breve possível.

Nobre Deputado Paulo Poli, não estou responsabilizando ninguém. Longe de mim querer responsabilizar este ou aquele funcionário. O que eu quero é salvaguardar a minha responsabilidade, porque fui o portador dessas Mensagens. E agora, através do Deputado Domicio Scaramella, que secretariava este Poder, naquela oportunidade, no dia 18 de abril de 1972, quando S. Exa. afirma que foi impedido de proceder a leitura daquelas Mensagens e que aquelas Mensagens foram avocadas pelo Presidente da Casa para que fossem protocoladas.

Pretendo em face desses esclarecimentos, endereçar Requerimento à Comissão Executiva, para ver baseado em que dispositivo do Regimento Interno desta Casa, nega-se a um Deputado, portador de requerimentos, mensagens ou projetos que essas mensagens, projetos sejam lidos pela 1.ª Secretaria da Casa.

São providências que tomarei pois estou recebendo, agora, informações que desconhecia, pelo Deputado Domicio Scaramella.

Agradeço o aparte de V. Exa. que foi esclarecedor, Deputado Domicio Scaramella. V. Exa. trouxe um pouco de brilho a nossa denúncia que realmente só trouxe aborrecimentos.

O sr. Domicio Scaramella. — Deputado João Mansur, mais uma vez, peço aparte a V. Exa. V. Exa. já me concedeu dois.

De fato, naquela tarde, estávamos, eventualmente assumindo a 1.ª Secretaria, e a Presidência era exercida pelo Sr. Deputado Wilson Fortes. V. Exa. nos fez a entrega de diversos documentos a que já me referi anteriormente, e não tive oportunidade de fazer a leitura dos mesmos. Perguntei a S. Exa. se deveria fazer a leitura no Expediente, das referidas Mensagens. S. Exa. disse que esses documentos deveriam ser encaminhados ao Protocolo da Casa, para depois virem ao conhecimento da Mesa, para fazer a leitura no momento oportuno. Quero agradecer o pronunciamento do Deputado Ivo Tomazoni, que veio esclarecer a minha posição e a dos funcionários da Casa, oportunamente, nesta próxima semana serão esclarecidos esses fatos para que não paire dúvida sobre nosso caráter e sobre o caráter do Presidente deste Poder.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Domicio Scaramella, e mais uma vez quero afirmar a S. Exa. que longe de mim incriminá-lo. Se citei o nome de S. Exa. é porque foi a S. Exa. que fiz a entrega pessoal desses documentos.

Aproveito esta oportunidade para requerer ao Sr. 1.º Secretário e à Comissão Executiva deste Poder, que me seja fornecida uma cópia das notas taquigráficas desse pronunciamento nosso e dos apartes que nos foram feitos, especialmente os apartes dados pelo nobre Deputado Domicio Scaramella, que serão muito importantes para que eu possa encaminhar o requerimento no dia de amanhã, a fim de que se esclareça o desaparecimento lamentável dessas Mensagens aqui do Poder Legislativo do Paraná.

O sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nós, desde o início do seu pronunciamento, estamos atentos, ouvindo os apartes dos srs. Deputados. No mês passado numa reunião da Bancada, por nossa indicação, pedíamos que fosse constituído um livro de ocorrências do que acontece neste Poder. Porque nós sabemos que isso aqui pertence ao povo, não é propriedade de ninguém e sim do povo. Ainda no ano passado demos entrada de um Pedido de Informações e esse Pedido



ficou nas gavetas mais de um ano. Conseguimos a informação, após muita luta e dificuldade, por intermédio do Líder do Governo, que era V. Exa., como hoje ainda o é. Queremos dizer que temos um grande respeito por V. Exa., conhecemos o seu caráter e a sua maneira de se conduzir nesta Casa, e o que não podemos, é ficar aqui calados. Acho que mais importante, para o Sr. Deputado é pedir o fechamento desta Casa, ou então, o aparecimento das Mensagens, que vão ao Presidente e desaparecem. Por que não dar o nome do Deputado Wilson Fortes, que é o homem que mantém esses Projetos? Amanhã, se Deus quiser, virei aqui a essa Tribuna trazer um requerimento solicitando a constituição de uma Comissão para apurar as responsabilidades daqueles que tais atos têm cometido nesta Casa, ou melhor, encaminhar ao Ministro da Justiça, um pedido de fechamento do Poder Legislativo do Paraná.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do Deputado Fuad Nacli e lamento que o Pedido de Informações de S. Exa. tenha demorado tanto tempo para ser respondido pelo Poder Executivo.

Mas afirmo a V. Exa. e afirmei durante o pronunciamento que fiz na Sessão Extraordinária desta Casa, de que se a Mensagem 18-72, que tem prazo certo para tramitação neste Poder, pela importância que ela representa para o Paraná e especialmente para o Município de Londrina, se essa Mensagem se transformar em lei nas gavetas do Gabinete deste Poder Legislativo, estou de pleno acordo com V. Exa., Deputado Fuad Nacli, só resta o fechamento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência deve informar ao Deputado João Mansur, Líder do Governo, que na oportunidade quem presidia a Sessão, era o Deputado Wilson Fortes, Presidente efetivo desta Casa e informa ainda que encaminha pedido ao Deputado Wilson Fortes, para que, de comum acordo com o Deputado Domicio Scaramella, esclareça a questão.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a V. Exa., já que o presidente efetivo desta Casa, e a quem se determina a responsabilidade do ato, neste instante está ausente, que V. Exa. se comunicasse com o mesmo através de telefone, para que orientasse aos seus funcionários no sentido de encaminhar, na sessão de amanhã, o Projeto de Lei, com relação ao Instituto Agrônomico de Londrina, tendo em vista a sua importância.

Esta a solicitação que eu desejava fazer a V. Exa. através desta Questão de Ordem uma vez que o Presidente da Casa não se encontra no Poder pelo menos, neste instante.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência providenciará o requerimento do Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o esclarecimento que V. Exa. acaba de prestar, e gostaria que V. Exa. despachasse, de ofício, o requerimento que fiz, para que o Serviço de Taquigrafia nos fornecesse cópias dos trabalhos desenvolvidos na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE — As devidas cópias serão encaminhadas ao Sr. Deputado.

O SR. JOÃO MANSUR — Eu agradeço. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência consulta ao Sr. Deputado Paulo Poli, se deseja usar da palavra no Grande Expediente, pois, falta, apenas 1 minuto.

O SR. PAULO POLI — (Pela Ordem) Como só me restam 5 minutos, requeiro a V. Exa. que determine a minha inscrição para a Sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência defere, e indaga do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, se também poderá ser inscrito na Sessão de amanhã?

O SR. IVO TOMAZONI — Para amanhã, na ordem cronológica.

O SR. PRESIDENTE — Da mesma forma, esta Presidência indaga do Sr. Deputado Lázaro Dumont.

Ausente o Sr. Deputado Lázaro Dumont, fica automaticamente inscrito para a sessão de amanhã.

O SR. MUGGIATTI FILHO — (Pela Ordem).

Sr. Presidente a fim de que o Movimento Democrático Brasileiro, a nossa Bancada possa também melhor acompanhar o desenvolvimento do assunto debatido na reunião de hoje, eu requereria a V. Exa. se dignasse nos deferir também o fornecimento da competente certidão do discurso e dos apartes que circundaram o pronunciamento do nobre Líder do Governo, Deputado João Mansur.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência encaminhará expediente ao Sr. 1.º Secretário, autorizando o fornecimento das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ovídio Franzoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Proposto de iniciativa do sr. Deputado Antonio Costa, à emenda que adapta a Constituição do Estado nos termos da Carta Magna. A Mesa determina a sua publicação.

Emenda Substitutiva de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, ao Projeto de Lei n. 2-72, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 275-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Jardim Iguauçu, Município de Paranavai, para entrar em funcionamento à partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 221-70 de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Vila Nova do Pinhão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 318-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, fica criado um Curso Ginasial Noturno para funcionar a partir do ano letivo de 1971, no Núcleo Social Yvone Pimentel, bairro de Vila Feliz, na cidade de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **com EMENDA SUBSTITUTIVA.**

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Projeto e a Emenda. Em votação.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem). Gostaria de requerer à Mesa que fosse suspensa a sessão e encaminhar à Mesa esse requerimento para que, não aparecendo os Projetos de Mensagem do Governador, que sejam suspensas as sessões do Legislativo do Estado do Paraná.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, essa proposição do Deputado Fuad Nacli é de transcendental importância para a vida do Poder. Quero crer que V. Exa. não colocaria jamais uma proposição dessas à apreciação do Plenário se dúvidas houvesse da inexistência de quorum, senão a chamada nominal para estabelecer que temos quorum para deliberar em matéria de tamanha importância proposta pelo sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, estou de acordo com a chamada nominal. O sr. Deputado Fuad Nacli, se não me engano, comunicou à Mesa que será encaminhado requerimento subscrito por vários Deputados, cujo requerimento será votado em sessão normal e com o próprio requerimento terá número legal para medida tão drástica e tão delicada. Esta a intenção do Sr. Deputado Fuad Nacli e neste caso, é desnecessário, se me fiz entender, é desnecessária a chamada nominal, porque a intenção do Sr. Fuad Nacli era elaborar um requerimento subscrito por 2/3 desta Casa e este requerimento se aprovado aí sim serão suspensos os trabalhos.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem) Sr. Presidente à minha proposição...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência pede ao Sr. Deputado que esclareça o seu requerimento.

O SR. FUAD NACLI — Nós pedimos, pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhar a esta Mesa um requerimento de autoria dos srs. Deputados que irão assinar o requerimento, para que sejam suspensas as sessões do Poder Legislativo do Estado do Paraná até que apareça a Mensagem do Governador e nós daremos a entrada, na data de hoje, para que seja votado no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa aguardará o recebimento do requerimento para que possa submeter a votação.

Em votação o Projeto de Lei, n. 318-70, com a Emenda — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 2-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, concede anistia fiscal de multas e majorações legais, lançados até 31.12.71 aos contribuintes em atraso com o Imposto de Circulação de Mercadorias — I.C.M. e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado. artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 3-72 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 93-72, ratifica Convênios firmados em 20.12.71, entre o Governo do Estado e Municípios que especifica, visando colaboração técnica e assistencial, através do programa de Integração Fazendária "PROFAZ" instituída pela Lei n. 6.211, de 2.8.71. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado. artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 246-70, de autoria do Dep. Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Estação de Platina, Distrito de Santo Antônio da Platina, para funcionar à partir do próximo ano letivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 246-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual em Estação de Platina, Distrito de Santo Antônio da Platina, para funcionar no ano seguinte ao de Sanção do presente Projeto de Lei.

Art. 2.º — O presente projeto, transformado em lei, esta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3.º — As despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Sala das Sessões, em... de setembro de 1970

(a) Olívio Belich

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio estadual que se pretende criar irá beneficiar mais de oitenta alunos que, atualmente, são obrigados a um percurso superior a 11 (onze) quilômetros até o estabelecimento de ensino mais próximo, não tendo a maioria condições financeiras para servir-se de condução. Representando obrigação e empenho do Governo Estadual a instalação de escolas e ginásios onde existam crianças em idade escolar, nada mais oportuno do que o atendimento à reivindicação justa de inúmeros pais residentes em Estação Platina, motivo por que pedimos apoio à presente iniciativa, esperando ve-la aprovada e, afinal, sancionada, transformando-se em Lei Estadual.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N. 246-70

AUTOR: Dep. Olívio Belich

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual na Estação de Platina, Município de Santo Antônio da Platina e dá outras providências.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;



## ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto à competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

“É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública”.

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

“Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar”.

O fundo que se baseia a contradição é a de que a “lei autoriza despesas”.

## ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

“I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado”.

## ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Marçal Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa de Ensino — data vinda aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: “Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura”.

b) — Observa-se de que a “fase autorizatória” que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento aquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função vigente, sendo por outro lado a “Lei que cria” um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no “lugar tal” visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser “são serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura”, o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Acyr José

Cândido Martins de Oliveira — vencido

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Sébastien Rodrigues Júnior

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO de Lei N.º 246-70

AUTOR: Dep. Olívio Belich

SUMULA: Autoriza o P. E. a criar um Ginásio Estadual em Estação de Platina, Distrito de Santo Antônio da Platina e dá outras providências.

P A R E C E R

O presente projeto de lei, já devidamente argumentado, é matéria de absoluta prioridade.

Não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Olívio Franzoni

Santos Lima

Fuad Nacfi

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

AUTOR: Dep. Olívio Belich.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio em Estação Platina Distrito de Santo Antonio da Platina.

P A R E C E R

1.) A criação de escolas desenvolve o Município e como consequência o Estado, trazendo benefícios de toda a ordem para ambos.

2.) Desta forma, somos pela aprovação do projeto acima epigrafado, porque valorizará a região de Santo Antonio da Platina.

S. M. J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 253-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada uma Escola Comercial em Guairacá para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 253-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Escola Comercial de Guairacá para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1970.

a) Dep. Wilson Fortes

## JUSTIFICATIVA:

A região norte do Estado é sem dúvida o fruto do pioneirismo de brasileiros oriundos de todos os rincões da Pátria. É fruto de coragem, confiança no futuro e iniciativa de bravos e anônimos heróis. A região novíssima encontra-se em fase de consolidação no setor econômico, mas por ser nova ressurte-se da presença de homens que estejam preparados para assumir as responsabilidades no futuro. No instante em que o País inteiro se mobiliza para alfabetizar, nós pretendemos oferecer a juventude que já conquistou o primeiro passo, que é o ginásio, uma oportunidade melhor, ou seja da lhe o diploma de contador, que além de lhe abrir novas oportunidades, capacita o jovem para ser útil aos outros numa hora em que a necessidade de organização e aprimoramento são exigidos de todo brasileiro.

Com estes propósitos oferecemos à consideração dos nobres pares a presente lei que visa criar na cidade de Guairacá uma Escola Comercial, dando oportunidade aos que possuem menores recursos e não estão em condições de procurar os centros maiores para prosseguir seus estudos.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei n.º 253-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Município de Guairacá, uma Escola Técnica de Comércio para funcionar a partir do próximo ano letivo.

P A R E C E R

1) — O Projeto está conforme o que determina o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Referida Proposição é justa e oportuna, todavia, a sua redação não se ajusta às exigências legais, razão pela qual apresentamos o substitutivo anexo, com a finalidade, também, de atender a melhor técnica legislativa.

3) — Nestas condições, atendido o substitutivo já mencionado, somos pela sua aprovação.

E o parecer, S. M. J.

Sala das Comissões, em de junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Igo Losso

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira — Vencido

Acyr José

Maurício Fruct

## SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 253-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Guairacá, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Igo Losso

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira

Emílio Carrazzi

Acyr José

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei N.º 253-70

1) — O Projeto em epígrafe, visa a criação de uma Escola Comercial, em Guairacá.

2) — A dita Comissão de Constituição e Justiça já opinou pela aprovação da matéria.

3) — A medida é das mais nobres, além de se constituir numa necessidade real e premente, considerando-se principalmente a explosão demográfica verificada em todas as regiões deste Estado.

4) — Pelas razões expostas, esta Comissão opina pela aprovação do Projeto, obedecido o substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escersin — Relator

Alvaro Dias



COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei N.º 253-70

O presente Projeto de Lei meramente autorizativo, não traz qualquer lesão aos princípios de ordem financeira.

Dessa forma opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Ovidio Franzoni

Gabriel Manoel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 256-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada uma Escola Comercial em Itauna do Sul, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 256-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Comercial em Itauna do Sul, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1970.

a) — Dep. Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

A revolução entre as modificações substanciais que trouxe a Nação, a maior sem dúvida foi a de por ordem não só na administração pública, mas igualmente no setor particular. Somente com essa ordem é que poderia pensar-se em progresso global da Pátria e consequentemente no bem comum de cada um de seus filhos.

Esta grande arrancada para o desenvolvimento trouxe novas exigências em todos os setores, especialmente evidenciou a necessidade de preparar homens aptos para que possam assumir suas tarefas e responsabilidades na vida particular. Segundo nosso entender o preparo da geração de nossos dias no setor técnico é a das mais urgentes, pois além de oferecer um instrumento apto ao trabalho, possibilita aos homens que moram nas cidades do interior a se organizarem a se prepararem para enfrentar as necessidades da hora presente e ajudar a levar a nau da grande Pátria para dias em que o bem estar será para o maior número possível de pessoas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 256-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA. Cria uma Escola Comercial em Itauna do Sul.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento, de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e no caso, educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedem subvenção ou auxílio ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, serão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim no mérito início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênica aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Mugliati Filho

Gilberto Carvalho

Cândido M. de Oliveira — (Venc.)

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

I — De autoria do Deputado Wilson Fortes, a matéria em exame, visa criar uma Escola Comercial em Itauna do Sul, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

II — O projeto já recebeu parecer favorável na Douta Comissão de Constituição e Justiça, e quanto ao aspecto financeiro, que cabe a esta Comissão se pronunciar, somos pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 2 de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Santos Lima

Gabriel Manoel

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO de Lei N.º 256-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

PARECER

1.) De autoria do nobre deputado Wilson Fortes, o projeto de lei que ora se aprecia, pretende criar uma Escola Comercial em Itauna do Sul, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2.) O projeto está justificado de maneira convincente e sobre ele já se manifestaram, favoráveis, as doudas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3.) Quanto ao mérito, que a esta Comissão compete examinar, nada há que se acrescentar, além do alegado na justificativa, para considerá-lo digno de acolhida. Daí opinarmos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em novembro de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Aryzone Araújo — Relator

Alvaro Dias

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, fica transferido ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Perola à de Iporã. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 5-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga as cidades de Perola à cidade de Iporã, numa extensão de 25 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

a) Dep. Xenofonte Villanueva

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 5-71

1) — Tratam os autos de Projeto de Lei, autorizando o Poder Executivo a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga as cidades de Perola e Iporã, numa extensão de 25 (vinte e cinco) quilômetros.

2) — O Projeto de Lei, em análise, ressurte-se da falta de justificativa capaz de esclarecer melhor a importância da iniciativa e os benefícios decorrentes da transferência pretendida, muito embora, em homenagem ao seu Autor, possamos admitir ser resultante da real importância que a melhor conservação da estrada, em referência, representará para o interesse sócio-econômico da região, subentendendo-se a impossibilidade municipal de arcar com os ônus decorrentes e necessários para a sua efetiva melhoria e conservação.



3) — Tratando-se de plano de lei meramente autorizatório, seria de bom alvitre facultar o Chefe do Poder Executivo julgar de sua oportunidade e conveniência, inexistindo, pelo próprio caráter da proposição, qualquer óbice legal ou constitucional a sua aprovação.

É o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai

Cândido Martins de Oliveira

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Sebastião R. Júnior

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Assinado pelo Deputado Xenofonte Villanueva, o Projeto de Lei em exame autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Pérola à de Iporã, numa extensão de 25 Km.

Trata-se de autorização do Poder Executivo, que será utilizada, se houver disponibilidade no orçamento geral do Estado.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Reuniões, em ... julho de 1971

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Paulo Poli — Relator

Maurício Fruct — Ovídio Franzoni

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 5-71

1) — Com o presente plano de lei pretende o nobre Deputado Xenofonte Villanueva, autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Pérola à Iporã, numa extensão de 25 Km.

2) — A Proposição obteve pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3) — Sob o aspecto que cumpre a esta Comissão de Obras examinar a matéria nada temos a opor, porquanto trata-se de mera autorização legislativa, cabendo ao Chefe do Poder Executivo a decisão final sobre sua utilização.

Pela aprovação, portanto, é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em ... de novembro de 1971

aa.) Lázaro Dumont — Presidente

Antônio Maciel — Relator

Borsari Netto — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando sua renúncia ao cargo de membro da Comissão de Finanças, para o qual foi indicado. Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 18-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão do Projeto de Lei n.º 9-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Instituto Nacional da Previdência Social, ao Sr. Superintendente do INPS no Paraná, ao Sr. Coordenador Geral do Serviço Médico do INPS neste Estado, no sentido de que seja determinada a liberação de atendimento pelos hospitais do Sudoeste do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao Jornal "Diário da Tarde", em sua nova fase de circulação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja registrado na Ata dos trabalhos de hoje notícia divulgada no jornal "O Estado de São Paulo", em edição de 12 do corrente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido de que quando da reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que já se anuncia nos jornais do Rio e de São Paulo, se dote o critério da eleição distrital. Em discussão.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Diretor do Departamento de Água e Energia Elétrica, pelo grande melhoramento que se afez quando da extensão de energia elétrica ao distrito de Vera Guarani ao Município de Paulo Frontin. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde do Estado, no sentido de que se elabore com urgência um plano de vacinação contra poliomielite, entre a população da cidade Gaúcha, no Norte do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes para a reparação da ponte sobre o Rio Ribeira, no Município de Cerro Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando abono de faltas dos dias 10 e 11 próximo passado, em virtude de estar viajando para São Paulo. — Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 221-70 — 318-70 — 2-72 e 3-72;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 246-70 — 253-70 — 256-70 — 5-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 247-70 e 66-71.

Levanta-se a sessão.